

Resenha

As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado

Wilma Peres Costa

RSP

Revista do
Serviço
Público

Ano 50
Número 3
Jul-Set 1999

“O possível sempre resulta de diversas tentativas de atingir o impossível”. A célebre afirmativa weberiana é incorporada não apenas no título mas também no espírito de *As possibilidades da política*, título sugestivo que Marco Aurélio Nogueira atribuiu a seu novo livro, lançado no início do ano de 1999 pela Editora Paz e Terra. O livro é formado por um conjunto de ensaios (seis ao todo), apresentados originalmente como parte do Concurso de Livre Docência no Departamento de Política, Antropologia e Filosofia da Universidade Estadual Paulista. O trabalho também elabora a rica experiência do autor, que faz parte dos quadros da Fundação do Desenvolvimento Administrativo, no campo da administração pública, tema que perpassa quase todos os ensaios.

Diferentemente de outros trabalhos acadêmicos que não conseguem atingir um público mais amplo de leitores, o tratamento erudito dos temas não se faz em prejuízo da elegância e da clareza do texto. Assim é que a transformação do Estado brasileiro a partir de 1930 e a sua crise são analisadas em uma chave teórica que promove o diálogo entre a tradição marxista e weberiana, valendo-se especialmente das contribuições de Weber, Barrington Moore Jr., Norberto Bobbio, Domenico Losurdo e, sobretudo, de Antonio Gramsci. Muito terão a aprender com esse livro os estudantes de ciências humanas que buscam uma visão progressista e atualizada do debate da ciência política sobre o tema da crise do Estado e sobre o Estado brasileiro em particular.

A interrogação que move o livro, entretanto, está longe de ser acadêmica, inserindo-se no coração mesmo da crise contemporânea: se a

Wilma Peres
Costa,
professora do
Departamento
de História e
Política
Econômica
do Instituto de
Economia da
UNICAMP

política é um instrumento que permite aos homens “tentar o impossível para ganhar forças de realizar o possível e ir além”, qual é a política que nos permitiria superar o descrédito da política, o niilismo e o fatalismo que acompanham a crise do Estado capitalista em tempos de globalização?

Nesse tema, os interlocutores do debate situam-se no campo da esquerda brasileira em busca de caminhos para uma forma renovada de “fazer política”. Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna são os principais parceiros do debate, todos eles egressos de um doloroso (e pouco profícuo) processo de renovação das práticas da esquerda brasileira nas últimas décadas. Assim, “pensar o Estado”, nesse livro, é tarefa que se faz com o intuito de “pensar a práxis política”, enigma que nos interroga depois da derrocada do socialismo real e dos descaminhos dos partidos e organizações de esquerda.

Marco Aurélio Nogueira trilha, em busca de chaves para a discussão, diversos caminhos distintos e entrelaçados: o primeiro, que podemos chamar de histórico, presente no mais longo dos ensaios, procura analisar o alcance e os limites das transformações do Estado brasileiro após a Revolução de 1930. O segundo ensaio prossegue nesse padrão, elegendo uma temática específica e analisando-a em profundidade: procura-se entender a natureza da administração pública herdada em 1945 e acompanhar suas metamorfoses até a Nova República. A perspectiva histórica é incorporada aqui, sobretudo, como uma maneira de sublinhar as continuidades, ou melhor as reiterações, o caráter bifronte do Estado brasileiro, entre a dimensão racional-legal e a burocrático-patrimonial. A discussão da administração pública enquanto dimensão crucial da democratização do Estado é retomada de forma brilhante no quarto ensaio, que complementa, de certa forma, o segundo, ao perceber no corpo mesmo do Estado e de seus agentes um espaço privilegiado de ação política.

O terceiro ensaio é o mais diretamente político, enfocando o processo eleitoral e partidário a partir da primeira eleição democrática após o regime militar. Desenha-se nesse ensaio, talvez o mais “angustiado” de todo o conjunto, a perversidade da trajetória das forças de esquerda, a partir da implosão do centro democrático que possibilitou a vitória de Fernando Collor. Os dois últimos ensaios descrevem uma espécie de *tour de force* teórico, com o resgate, ao mesmo tempo erudito e contundente, das noções que, no campo do pensamento marxista, têm ajudado a compreender a especificidade da dinâmica política entre nós: “revolução burguesa”, “via prussiana”, “revolução passiva”, “revolução pelo alto”, “transformismo”, são os conceitos-chave com os quais Marco Aurélio procura aclarar as razões do nosso subdesenvolvimento político.

Irão se enganar, portanto, os que esperarem qualquer menção a coisas como “custo Brasil” ou “reengenharia” por trás da expressão

“reforma do Estado”. A reforma de que aqui se trata não é aquela que temos acompanhado, assustados, pelos jornais — a “Reforma da Previdência”, a “Reforma Administrativa”, a “Reforma Tributária”. Marco Aurélio não está interessado no “custo do Estado, mas no seu sentido”. Sua preocupação é com os caminhos para organizar a sociedade, para habilitá-la a resgatar o Estado do privatismo e do patrimonialismo que fizeram sempre, do “progresso”, o irmão siamês do “atraso” em nosso país. Nesse sentido, também, esse livro é uma forma de ação política, embora ele não ofereça respostas nem contenha um programa de ação. Ele conclama as forças da cultura ao engajamento, ao abandono do niilismo e do irracionalismo. Essa é a sua maneira de buscar o impossível para obter o possível: resgatar o potencial transformador da ação política no coração gelado do mundo hiper-reificado do neo-liberalismo e da globalização.